

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 66: APELAÇÃO E RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	2
---	---

Edição n. 66 Brasília, 21 de setembro de 2016

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 05/08/2016.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 66: APELAÇÃO E RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1. O efeito devolutivo amplo da apelação criminal autoriza o Tribunal de origem a conhecer de matéria não ventilada nas razões recursais, desde que não agrave a situação do condenado.

Julgados: [AgRg no HC 320398/MT](#), Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 01/08/2016; [AgRg no HC 347301/MG](#), Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJE 13/06/2016; [RHC 068264/PA](#), Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 14/06/2016; [AgRg no AREsp 804735/SP](#), Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 30/03/2016; [HC 279080/MG](#), Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJE 03/02/2016; [AgRg no HC 337212/SP](#), Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 11/12/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 553)

2. A apresentação extemporânea das razões não impede o conhecimento do recurso de apelação tempestivamente interposto.

Julgados: [HC 281873/RJ](#), Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 15/04/2016; [RMS 025964/PA](#), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 15/12/2015; [HC 269584/DF](#), Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJE 09/12/2015; [AgRg no Ag 1084133/PR](#), Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 27/10/2015; [AgRg no AREsp 743421/DF](#), Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 07/10/2015; [HC 220486/SP](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, DJE 31/03/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 261)

3. O conhecimento de recurso de apelação do réu independe de sua prisão. (Súmula n. 347/STJ)

Julgados: [HC 095186/MG](#), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 31/08/2015; [HC 320034/MG](#), Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 21/05/2015; [HC 258954/RJ](#), Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), DJE 10/11/2014; [HC 199248/SP](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, DJE 26/08/2014; [HC 205341/CE](#), Rel. Ministro OG FERNANDES, DJE 15/03/2013; [HC 131902/SP](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJE 01/02/2012;

(Vide Súmula Anotada N. 347/STJ)

4. Verificada a inércia do advogado constituído para apresentação das razões do apelo criminal, o réu deve ser intimado para nomear novo patrono, antes que se proceda à indicação de defensor para o exercício do contraditório.

Julgados: [HC 302586/RN](#), Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 19/05/2016; [HC 345873/SP](#), Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 29/04/2016; [HC 301099/AM](#), Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 07/03/2016; [HC 269912/SP](#), Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 12/11/2015; [RHC 025736/MS](#), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 03/08/2015; [AgRg no HC 179776/ES](#), Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 02/06/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 506)

5. Não cabe mandado de segurança para conferir efeito suspensivo ativo a recurso em sentido estrito interposto contra decisão que concede liberdade provisória ao acusado.

Julgados: [HC 352998/RJ](#), Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 01/06/2016; [HC 349502/SP](#), Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJE 04/05/2016; [HC 315665/SP](#), Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 15/04/2016; [HC 347539/SP](#), Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJE 18/04/2016; [HC 348486/SP](#), Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 31/03/2016; [HC 341147/SP](#), Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 02/03/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 547)

6. O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição. (Súmula n. 713/STF)

Julgados: [HC 266092/MG](#), Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 31/05/2016; [HC 272094/SC](#), Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 15/02/2016; [HC 179209/RJ](#), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 23/11/2015; [HC 322960/GO](#), Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJE 15/09/2015; [HC 193580/RS](#), Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJE 03/03/2015; [HC 244785/MA](#), Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 26/03/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 475)

7. A ausência de contrarrazões ao recurso em sentido estrito interposto contra decisão que rejeita a denúncia enseja nulidade absoluta do processo desde o julgamento pelo Tribunal de origem.

Julgados: [HC 257721/ES](#), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 16/12/2014; [HC 166003/SP](#), Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), DJE 15/06/2011; [HC 142771/MS](#), Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 09/08/2010; [HC 108652/SC](#), Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 10/05/2010; [HC 118956/SP](#), Rel. Ministro OG FERNANDES, DJE 08/06/2009;

8. Aplica-se o princípio da fungibilidade à apelação interposta quando cabível o recurso em sentido estrito, desde que demonstrada a ausência de má-fé, de erro grosseiro, bem como a tempestividade do recurso.

Julgados: [AgInt no REsp 1532852/MG](#), Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 22/06/2016; [HC 265378/SP](#), Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJE 25/05/2016; [AgRg no AREsp 644988/PB](#), Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 29/04/2016; [HC 295637/MS](#), Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 14/08/2014; [AgRg no AREsp 071915/SC](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJE 23/05/2014; [AgRg no AREsp 354968/MT](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, DJE 14/05/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 543)

9. A decisão do juiz singular que encaminha recurso em sentido estrito sem antes proceder ao juízo de retratação é mera irregularidade e não enseja nulidade absoluta.

Julgados: [HC 216944/PA](#), Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, DJE 18/12/2012; [HC 158833/RS](#), Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), DJE 29/06/2012; [HC 177854/SP](#), Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJE 24/02/2012; [HC 088094/RJ](#), Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJE 15/12/2008; [AREsp 762765/BA](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, Publicado em 01/07/2016; [AREsp 385049/PE](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Publicado em 26/02/2016;

10. O adiamento do julgamento da apelação para a sessão subsequente não exige nova intimação da defesa.

Julgados: [HC 353526/SP](#), Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 21/06/2016; [HC 333382/SP](#), Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 04/04/2016; [HC 319168/SP](#), Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJE 08/10/2015; [HC 300034/SP](#), Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 23/02/2015; [REsp 1251016/RJ](#), Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 27/11/2014; [HC 203002/SP](#), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 24/11/2014;

11. Inexiste nulidade no julgamento da apelação ou do recurso em sentido estrito quando o voto de desembargador impedido não interferir no resultado final.

Julgados: [HC 352825/RS](#), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 20/05/2016; [HC 309770/SP](#), Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 16/03/2016; [HC 284867/GO](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJE 02/05/2014; [HC 130990/RJ](#), Rel. Ministro OG FERNANDES, DJE 22/02/2010; [REsp 1351484/SC](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Publicado em 05/08/2015;

12. O acórdão que julga recurso em sentido estrito deve ser atacado por meio de recurso especial, configurando erro grosseiro a interposição de recurso ordinário em habeas corpus.

Julgados: [RHC 042394/SP](#), Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 16/03/2016; [AgRg no RHC 037923/SP](#), Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 12/12/2014; [RHC 031733/SP](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, DJE 02/04/2014; [AgRg no RHC 017921/PR](#), Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), DJE 24/03/2008; [RHC 022345/MA](#), Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJ 07/02/2008;

13. O julgamento de apelação por órgão fracionário de tribunal composto majoritariamente por juízes convocados não viola o princípio constitucional do juiz natural.

Julgados: [HC 324371/RN](#), Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJE 27/05/2016; [HC 179502/SP](#), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 25/02/2016; [HC 165280/SP](#), Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJE 03/12/2014; [HC 271742/SP](#), Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 05/09/2014; [AgRg no HC 280115/PA](#), Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 02/09/2014; [HC 236784/MA](#), Rel. Ministro OG FERNANDES, DJE 17/03/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 476) (Vide Pesquisa Pronta) (Vide Repercussão Geral - Tema 170)

14. É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro. (Súmula n. 708/STF)

Julgados: [HC 329263/BA](#), Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Rel. p/ Acórdão Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 01/07/2016; [HC 100524/PE](#), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 06/11/2015; [HC 300490/MG](#), Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 14/09/2015; [HC 258339/MG](#), Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJE 18/05/2015; [HC 207119/SP](#), Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 22/05/2014; [RHC 037159/PA](#), Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 08/05/2014;

15. A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta. (Súmula n. 705/STF)

Julgados: [RHC 061365/SP](#), Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 14/03/2016; [HC 264249/SP](#), Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 10/05/2013; [HC 183332/SP](#), Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 28/06/2012; [HC 235498/SP](#), Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 20/06/2012; [HC 027582/SP](#), Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, DJE 02/02/2009;